

Convite para contribuições para um dossier da revista *Politique africaine* a ser publicado em 2009

Número coordenado por Luís de Brito

Moçambique depois do « socialismo » e da guerra : uma « succes story »?

Independente desde 1975, Moçambique é hoje considerado uma « história de sucesso » pelos doadores, para quem os exemplos de eficácia e bons resultados da ajuda ao desenvolvimento são raros. Reconvertido às virtudes da economia de mercado desde a segunda metade dos anos 1980, depois da falência da « construção do socialismo », e saído em 1992 de uma longa e destrutiva guerra civil, este país, que se tinha tornado um dos mais pobres do mundo, conheceu ao longo da última década uma taxa de crescimento muito elevada e uma notável estabilidade política. Mas será verdadeiramente justificado falar de sucesso?

Dois eixos principais são propostos à atenção dos autores que desejem contribuir para este número da revista, cujo objectivo é desenvolver uma reflexão crítica sobre as dinâmicas e os processos de transformação em curso em Moçambique.

Da economia de serviços à economia de ajuda. Que « desenvolvimento »?

A economia colonial de Moçambique desenvolveu-se desde o final do século XIX de uma forma atípica: fornecedor de matérias-primas para as indústrias da metrópole e mercado protegido para as exportações portuguesas, Moçambique desenvolveu ao mesmo tempo laços económicos muito fortes com os países do *hinterland*, em particular com a África do Sul e a Rodésia. O essencial do movimento de mercadorias nos grandes portos e caminhos-de-ferro era feito de e para esses países. Por outro lado, desenvolveu-se também um amplo movimento migratório de trabalhadores moçambicanos para esses mesmos países. O equilíbrio da balança de pagamentos era assim assegurado pela exportação de mão-de-obra e pela prestação de serviços ferro portuários. Ora, este equilíbrio foi subitamente rompido com a independência. Sob o regime de inspiração marxista da Frelimo, a saída massiva e rápida dos colonos resultou no abandono de numerosas fábricas, comércios e outros serviços e também no « despovoamento » da burocracia estatal. Em paralelo, a solidariedade da Frelimo com os movimentos de libertação que lutavam contra os regimes sul-africano e rodesiano provocou da parte destes uma forte hostilidade, traduzida nomeadamente no apoio às forças de oposição donde nasceria a Renamo como movimento rebelde armado.

Perante estes desafios, a falência económica do novo estado independente era praticamente inevitável. Nem a independência do Zimbabwe em 1980, nem o Acordo de Nkomati assinado com a África do Sul em 1984 permitiram o fim do conflito armado com a Renamo ou impediram o declínio da economia. Devido à guerra que atingiu todas as províncias do país a partir de 1983, a liberalização económica conduzida sob a égide do FMI e do Banco Mundial produziu poucos resultados até à segunda metade dos anos 1990. A paz restabelecida em 1992 permitiu o arranque da economia, sustentado por uma ajuda massiva à reconstrução e mais tarde por alguns grandes investimentos industriais, que tiveram um impacto notável nos indicadores do crescimento económico, a dois dígitos, mas geraram apenas alguns milhares de empregos e muito poucas receitas fiscais para o Estado, cujo orçamento continua a depender em mais de 50% da ajuda externa.

Foi neste período que a formação de uma burguesia nacional se acelerou, aproveitando directa ou indirectamente das privatizações, das oportunidades de mediação/aliança com os investidores estrangeiros, partilhando com os funcionários e empregados das ONGs o grosso dos benefícios da mana internacional. A « pobreza », que se tornou um excelente « produto de exportação » justifica por si só a continuação da ajuda internacional.

Os benefícios do crescimento económico não abrangem a maior parte dos moçambicanos. Sectores amplos da sociedade rural e das camadas urbanas sofrem de uma perda real de rendimento e encontram-se em situação de grande vulnerabilidade face à inflação, em especial aos aumentos dos produtos alimentares e do transporte. Perante um Estado que promete tudo e faz pouco pelas camadas populares a indiferença começa a ceder o lugar a expressões de revolta violenta, na linha das « revoltas do pão » conhecidas de outros países africanos. Isto remete à questão da relação dos cidadãos com o poder de Estado e com a democracia.

A difícil construção democrática

No plano político os sucessos parecem ser ainda mais modestos que no campo económico. A Frelimo conseguiu manter-se no poder através da vitória em todas as eleições presidenciais (ainda que haja dúvidas em relação aos resultados de 1999) e da obtenção de maiorias absolutas no parlamento, mas não foi capaz de fazer uma clara ruptura com a sua tradição de partido único. A manifesta legitimidade política da Renamo, expressa desde 1994 no voto de milhões de moçambicanos, continua a ser sistematicamente negada pela Frelimo, que continua a reenviá-la às suas origens e ligações passadas com os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. Nestas condições, as eleições organizadas sob o controle da Frelimo sem grande transparência foram perdendo importância para um número crescente de eleitores. Com efeito, depois da grande mobilização suscitada pelas primeiras eleições pluralistas (87% de participação) a renovação da vida política que se esperava da instituição de um sistema político competitivo não se concretizou e os escrutínios seguintes mostraram a desilusão do eleitorado: a abstenção passou de 33% em 1999 para cerca de 50% em 2004.

Uma outra reforma política, a descentralização, suscitou grandes expectativas. Ora, a política de descentralização esboçada na Constituição de 1990 e que se fundava sobre eleições locais nos distritos foi abandonada, depois dos resultados das primeiras eleições gerais terem mostrado que a oposição poderia ganhar uma parte significativa dos governos distritais, sendo substituída por um modelo de municipalização limitado a 33 cidades e vilas do país. Este processo de municipalização deveria gradualmente abranger novos locais, mas, passados dez anos das primeiras eleições autárquicas, o governo acaba de anunciar a sua proposta de apenas dez novos municípios para as próximas eleições. Foi neste terreno que o país conheceu a sua primeira experiência de alternância política, pois a Renamo conquistou a presidência em cinco municípios (incluindo a Beira, segunda cidade do país) e a maioria nas assembleias municipais em quatro dessas cidades e vilas. No entanto, o valor deste exercício democrático foi afectado pela fraca participação dos eleitores (uma média de 23% para o conjunto dos 33 municípios) e, nestas condições, não se pode considerar que os eleitos tenham adquirido uma forte legitimidade.

A um fraco sistema de representação política acrescenta-se uma sociedade civil igualmente fraca. Os sindicatos criados no tempo do partido único continuam maioritariamente vinculados à Frelimo. Por outro lado, o contexto económico e político não é favorável à mobilização dos trabalhadores, confrontados a um alto nível de desemprego e sobretudo preocupados em não perder os seus empregos. Embora exista em Moçambique um grande número de outras organizações não-governamentais, estas foram na maior parte dos casos induzidas pela disponibilidade de fundos da ajuda internacional e desempenham um papel de instrumentos de redistribuição dessa renda, não contribuindo de maneira útil – salvo algumas raras excepções – para o alargamento do espaço

democrático.

As duas linhas temáticas aqui propostas de forma sintética e provocadora não excluem que os autores submetam propostas de artigos sobre outras temáticas.

As propostas devem ser enviadas até 30 de Junho de 2008 para luis.brito@iese.ac.mz. As versões finais devem ser submetidas até 30 de Novembro de 2008.